

Superior de Ciências Sociais e Políticas, da Universidade Técnica de Lisboa, com a média final de 14 valores;
Frequência do mestrado em Tecnologias de la Información Aplicadas a la Empresa da Universidade Politécnica de Madrid em método de *e-learning*.

Experiência profissional:

1980-1999, como funcionário dos Serviços Municipalizados de Águas e Saneamento (SMAS) de Almada:

Desempenho das tarefas de maior responsabilidade na Secção de Leituras e Cobranças da Divisão Comercial; e Acompanhamento da implantação do sistema comercial de gestão de água pela EDINFOR;

2000-2001, como técnico superior na Divisão Comercial no SMAS de Almada:

Estruturação e gestão dos processos de notificação dos proprietários de imóveis não ligados (ou com irregularidades) à rede pública de drenagem e tratamento das águas residuais; e

Levantamento de circuitos no sector da fiscalização regulamentar com vista à optimização de processos através da recolha e do tratamento da informação e apresentação de relatório final;

10 de Outubro de 2001 a 6 de Junho de 2005, como técnico superior na Divisão de Planeamento e Programação de Investimento (DPPI) da Secretaria-Geral (SG) do Ministério da Justiça (MJ):

Elaboração do *dossier* «financeiro», do *dossier* «Justiça» e de outros documentos e pareceres de carácter não regular; Apoio e coordenação da aprovação, do acompanhamento e da execução dos orçamentos de investimento do MJ, no âmbito das competências da SG do MJ como entidade coordenadora sectorial e de programa orçamental, com destaque para a edição do normativo e procedimentos para a gestão do PIDDAC do MJ, o encaminhamento e controlo dos diferentes tipos de processos de alteração, a actualização permanente da informação do SIPIDDAC, a produção mensal de informação sobre a execução financeira mensal do PIDDAC do MJ (incluindo a indicação sobre o estado dos processos de alteração orçamental existentes, sobre as dotações iniciais e disponíveis e sobre os níveis de execução dos valores cabimentados, comprometidos e pagos e as respectivas variações homólogas, por programas, medidas, serviços, projectos e fontes de financiamento), a produção de relatórios de execução semestral e anual com a informação financeira e material do PIDDAC do MJ (incluindo a aplicação dos indicadores definidos para cada projecto), de entre outras;

Elaboração dos planos e relatórios de actividades da SG, considerando também o plano de formação e a aplicação do sistema integrado de avaliação de desempenho da Administração Pública;

Desde Junho de 2005, como chefe de divisão de Planeamento e Programação de Investimento da SGMJ em regime de substituição — coordenação das tarefas, prosseguindo os objectivos da DPPI.

Formação profissional:

Produção automática de indicadores de gestão;
Contabilidade pública;
O orçamento como instrumento de gestão nos serviços públicos;
Gestão orçamental e estimativa de custos de projectos; e
Modelos de apoio à decisão e controlo de gestão.

Centro de Estudos Judiciários

Despacho (extracto) n.º 17 455/2005 (2.ª série). — Por deliberação do Conselho Superior do Ministério Público, em sessão de 11 de Julho de 2005:

Licenciado Jorge Manuel Almeida dos Reis Bravo, procurador da República — renovada a comissão de serviço como director da delegação do Centro de Estudos Judiciários no distrito judicial do Porto, por novo período de três anos, nos termos do artigo 24.º da Lei n.º 16/98, de 8 de Abril, com efeitos a partir de 21 de Setembro de 2005. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

25 de Julho de 2005. — A Directora, *Anabela Miranda Rodrigues*.

Despacho (extracto) n.º 17 456/2005 (2.ª série). — Por meu despacho de 25 de Julho de 2005, no exercício de competência delegada, e sob prévia autorização do Conselho Superior da Magistratura:

Licenciado José Eusébio Santos Soares de Almeida, juiz de direito — nomeado para exercer, em regime de acumulação e a tempo parcial, as funções de docente no Centro de Estudos Judiciários, nos termos dos artigos 81.º, n.ºs 2 e 3, e 83.º, n.º 1, da Lei n.º 16/98, de 8 de Abril. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

26 de Julho de 2005. — A Directora, *Anabela Miranda Rodrigues*.

Despacho (extracto) n.º 17 457/2005 (2.ª série). — Por meu despacho de 25 de Julho de 2005, no exercício de competência delegada, e sob prévia autorização do Conselho Superior da Magistratura:

Licenciado Jorge Manuel Ortins de Simões Raposo, juiz de direito — nomeado para exercer, em regime de acumulação e a tempo parcial, as funções de docente no Centro de Estudos Judiciários, nos termos dos artigos 81.º, n.ºs 2 e 3, e 83.º, n.º 1, da Lei n.º 16/98, de 8 de Abril. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

26 de Julho de 2005. — A Directora, *Anabela Miranda Rodrigues*.

Direcção-Geral da Administração da Justiça

Despacho (extracto) n.º 17 458/2005 (2.ª série). — Por despachos do subdirector-geral de 26 de Julho de 2005, no uso da delegação de competências conferida pela directora-geral (*Diário da República*, 2.ª série, n.º 120, de 24 de Junho de 2005):

Maria de Fátima Carmo Alves Macedo M. Mendes, escritvã-adjunta (escala 6, índice 500) da 8.ª Vara Cível do Porto — autorizado o exercício de funções em regime de substituição como escritvã de direito (escala 1, índice 510) da mesma Vara Cível, no período de 13 a 31 de Dezembro de 2004.

Paula Maria Carvalho de Oliveira Ferreira, escritvã-adjunta (escala 3, índice 410) do Tribunal da Comarca de Estarreja — autorizado o exercício de funções em regime de substituição como escritvã de direito (escala 1, índice 510) do mesmo Tribunal, no período de 20 de Setembro a 31 de Dezembro de 2004.

26 de Julho de 2005. — Pela Directora de Serviços, o Chefe de Divisão, *Lourenço Lopes Torres*.

Direcção-Geral dos Registos e do Notariado

Aviso n.º 7298/2005 (2.ª série). — *Concurso interno de ingresso para provimento de 36 lugares na categoria de assistente administrativo do quadro de pessoal da Direcção-Geral dos Registos e do Notariado, aberto pelo aviso n.º 5516/2004, publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 106, de 6 de Maio de 2004.* — 1 — Nos termos do n.º 4 do artigo 38.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, faz-se público que o projecto de lista de classificação final e a acta que define os respectivos critérios respeitantes ao concurso em epígrafe encontram-se afixados nas instalações da Direcção-Geral dos Registos e do Notariado, em Lisboa, na Avenida de 5 de Outubro, 202, e na Praça de Francisco Sá Carneiro, 13, bem como nas delegações de Identificação Civil do Porto e de Coimbra, sitas na Rua do Alferes Malheiro, 107-121, e na Avenida de Fernão de Magalhães, 521, 1.º, respectivamente.

2 — O projecto de lista de classificação final poderá ainda ser consultado na Internet através do *site* www.dgrn.mj.pt.

3 — De acordo com o disposto nos n.ºs 1 e 2 da supracitada disposição legal, ficam os interessados notificados de que dispõem de 10 dias úteis, a contar da data da publicação do presente aviso, para, querendo, dizerem por escrito o que se lhes oferecer sobre o assunto, encontrando-se o processo do concurso disponível para consulta, na Direcção de Serviços de Recursos Humanos, desta Direcção-Geral, na Praça de Francisco Sá Carneiro, 13, 4.º, em Lisboa, nas horas normais de expediente.

29 de Julho de 2005. — A Subdirectora-Geral, *Maria Celeste Ramos*.

Direcção-Geral dos Serviços Prisionais

Despacho (extracto) n.º 17 459/2005 (2.ª série). — Por meus despachos de 31 de Maio de 2005, no exercício de competência delegada:

Abel Jorge Barros Leite, Alexandre José Lourinhã Lapa, Armada Susana Carneiro Costa, Carlos Manuel Martins Rita, Eduarda